

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

MARTA DANIELA DE OLIVEIRA FERREIRA

**A IMPORTANCIA DA AÇÃO PEDAGOGICA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO
PARA O PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR: CAMINHOS PARA A GESTÃO
DA APRENDIZAGEM.**

DELMIRO GOUVEIA- AL

AGOSTO - 2019

MARTA DANIELA DE OLIVEIRA FERREIRA

**A IMPORTANCIA DA AÇÃO PEDAGOGICA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO
PARA O PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR: CAMINHOS PARA A GESTÃO
DA APRENDIZAGEM.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Colegiado de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. MSc. Marcos Paulo de Oliveira Sobral

DELMIRO GOUVEIA-AL

AGOSTO - 2019

Catálogo na fonte

Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca do Campus Sertão

Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

F383i Ferreira, Marta Daniela de Oliveira

A importância da ação pedagógica do coordenador pedagógico para o processo de avaliação escolar: caminhos para a gestão da aprendizagem / Marta Daniela de Oliveira Ferreira. – 2021.
54 f. : il.

Orientação: Marcos Paulo de Oliveira Sobral.
Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2021.

1. Educação. 2. Avaliação escolar. 3. Ensino e aprendizagem.
4. Formação docente. 5. Coordenação pedagógica. 6. Gestão educacional. I. Sobral, Marcos Paulo de Oliveira. II. Título.

CDU: 37.091.27

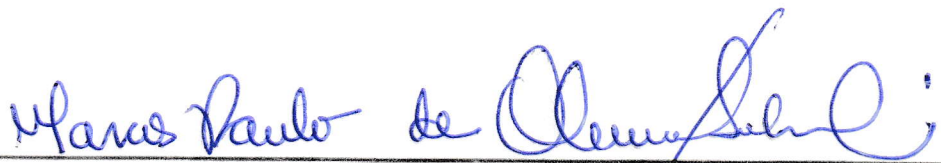
MARTA DANIELA DE OLIVEIRA FERREIRA

**A IMPORTÂNCIA DA AÇÃO PEDAGÓGICA DO COORDENADOR
ESCOLAR PARA O PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR: CAMINHOS
PARA A GESTÃO DA APRENDIZAGEM.**

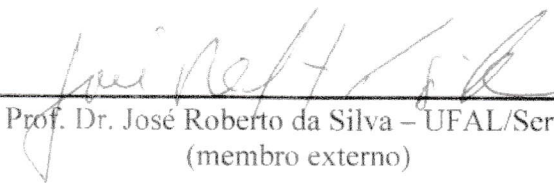
Trabalho de Conclusão de Curso submetido à aprovação do corpo docente da Universidade Federal de Alagoas-Campus do Sertão, como pré-requisito para conclusão do curso de Pedagogia.

Orientador: Prof. Me. Marcos Paulo de O. Sobral

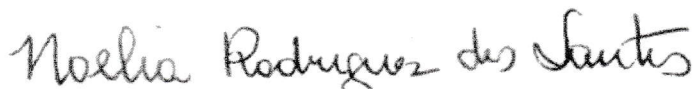
BANCA EXAMINADORA



Marcos Paulo de Oliveira Sobral – UFAL/Sertão
(Orientador)



Prof. Dr. José Roberto da Silva – UFAL/Sertão
(membro externo)



Profª. Me. Noélia Rodrigues dos Santos- UFAL/Sertão
(membro interno)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ser meu protetor nas horas mais difíceis da minha vida.

Aos meus familiares que são minha fonte de sabedoria, perseverança e força.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento será sempre a Deus por não deixar ter me faltado o que eu precisei durante esses quatro anos de curso. Sempre este ao meu lado nos momentos bons e ruins durante este período.

Agradeço aos meus avós maternos por me ajudarem a crescer na vida a Manoel Antônio de Oliveira e Maria de Lurdes Queiroz de Oliveira. A minha mãe Célia Maria de Oliveira que nunca me deixou faltar nada, sendo sempre meu porto seguro. Aos meus tios maternos que sempre me ajudaram nas compras dos meus cadernos escolares e me incentivaram a ter educação de qualidade.

Ao meu orientador Marcos Paulo de Oliveira Sobral que sempre foi fiel a mim e no período que mais precisei sempre esteve ao meu lado. Agradeço sua dedicação ao ensino superior, sendo sempre o professor atento e solidário.

Agradeço aos professores do curso de Pedagogia por onde passei meus quatro anos de estudos, sou grato pela dedicação e colaboração de todos ao meu ensino e formação.

Aos meus colegas de turma onde passei esse longo período de estudo, foi muito enriquecedor esse tempo que passamos juntos.

Quero agradecer à psicóloga Dra^o Conceição por ter me ajudado a chegar até aqui, ter me fortalecido com suas palavras de apoio.

Aos examinadores Prof^a. Mestra Noélia Rodrigues e ao Prof. Dr. José Roberto todo meu carinho e respeito, grata por contribuírem com o aperfeiçoamento do meu trabalho a partir das considerações e observações realizadas no processo avaliativo.

Aos meus colegas de trabalho que sempre me incentivaram ao término do meu Trabalho de Conclusão de Curso, obrigada pela força e paciência comigo.

A minha querida irmã Manuella que esteve comigo nos momentos mais difíceis da minha vida e sempre me apoiou para que eu conseguisse terminar este trabalho, sou muita grata por você existir em minha vida.

(...) a tarefa do ensinante, que é também aprendiz, sendo prazerosa é igualmente exigente. Exigente de seriedade, de preparo científico, de preparo físico, emocional, afetivo. É uma tarefa que requer de quem com ela se compromete um gosto especial de querer bem não só aos outros, mas ao próprio processo que ela implica. É impossível ensinar sem essa coragem de querer bem, sem a valentia dos que insistem mil vezes antes de uma desistência. É impossível ensinar sem a capacidade forjada, inventada, bem cuidada de amar.

Paulo Freire (1997, p.8)

Os professores tendem a tratar os alunos conforme os juízos de valor que vão fazendo deles.

Luiz Carlos de Freitas

“Não é possível objetividade sem subjetividade, não há o quantitativo sem o qualitativo, só mediante teorias da complexidade se pode compreender globalmente um fenômeno humano, que por natureza é polissêmico - e este é o caso da educação, com também o é da avaliação.”

José Dias Sobrinho

RESUMO

O presente trabalho resulta de uma pesquisa sobre a importância de como a avaliação da aprendizagem deve ser abordada de forma séria pela educação. Tendo como perspectiva a formação continuada dos professores por parte da coordenação pedagógica. Percebeu-se na pesquisa que avaliação da aprendizagem escolar ainda é um tema pouco debatido no espaço escolar deixando margem para que o professor avalie seu aluno apenas por nota, sem levar em consideração outras formas de avaliar. Segundo os autores que norteia esta a pesquisa avaliação de aprendizagem não deve ser quantitativa, mas sim qualitativa, proporcionando uma melhor forma de avaliar. Outro ponto importante desta pesquisa é que muitos dos professores não são formados para este tipo de ação no espaço escolar, fazem suas avaliações sem levar conta que o educando é multicultural. O agente neste processo de conscientização de uma avaliação com qualidade é o coordenador pedagógico, é ele quem atuar para uma formação reflexiva. A formação continuada têm sido um dos instrumentos que proporciona essa ação. Sem a formação continuada em serviço o professor não estava apto a fazer uma avaliação da aprendizagem com segurança. Sabe-se que ao longo da história da avaliação da aprendizagem se levava apenas a nota como meio de punição, aquele aluno que não tirasse uma boa nota era punido com castigos. Esse processo de colonização ainda é visto em muitos espaços escolares, onde o professor acha que apenas a mensuração da aprendizagem do aluno deve ser levado em conta. Sendo assim, a formação continuada e atuação do coordenador pedagógico agem para que erros como este não aconteçam. Além de ser um aliado na contribuição da formação do professor, o coordenador também é gestor. Gestor que participar das ações que permeia o PPP da escola, isso é fundamental na construção da identidade do coordenador pedagógico. Essa ação é importante, pois a construção do Projeto Político Pedagógico está ligada a ação que a escola tomará isso inclui a avaliação e formação do professor. O aporte teórico que norteou a pesquisa se baseia nos trabalhos de: Saviane (2011), Libâneo (2011), Fernandes (2009), Hoffmann (2014), Luckesi (2009), Vasconcellos (2009), Bruno (2012).

Palavras – chave: Avaliação da aprendizagem escolar, Formação Continuada e Coordenação Pedagógica.

ABSTRACT

This paper results from research on the importance of how learning assessment should be seriously addressed by education. With the perspective of the continuing education of teachers by the pedagogical coordination. It was noticed in the research that assessment of school learning is still a little debated topic in the school space leaving room for the teacher to evaluate his student only by grade, without considering other ways of assessing. According to the authors that guides this research learning assessment should not be quantitative, but qualitative, providing a better way to evaluate. Another important point of this research is that many of the teachers are not trained for this kind of action in the school space, they make their evaluations without realizing that the student is multicultural. The agent in this process of raising awareness of a quality assessment is the pedagogical coordinator, who acts for a reflective formation. Continuing education has been one of the instruments that provides this action. Without continuing in-service training the teacher would not be able to safely assess learning. It is known that throughout the history of learning assessment, only the grade was taken as a means of punishment, that student who did not get a good grade was punished with punishment. This colonization process is still seen in many school spaces, where the teacher thinks that only the measurement of student learning should be taken into account. So I feel, the continuing education and performance of the pedagogical coordinate act so that mistakes like this do not happen. In addition to being an ally in the contribution of teacher education, the coordinator is also a manager. Manager who participate in the actions that permeate the school PPP, this is fundamental in the construction of the identity of the pedagogical coordinator. This action is important, because the construction of the Pedagogical Political Project is linked to the action that the school has taken that includes teacher evaluation and training. The theory that guided the research can be found in the books and articles of

Keywords: School Learning Assessment, Continuing Education and Pedagogical Coordination

LISTA DE ABREVIATURAS

ANEB: Avaliação Nacional da Educação Básica

ANEE: Aluno com Necessidades Educacionais Especiais

ANRESC: Avaliação Nacional do Rendimento Escolar

EJA: Educação de Jovens e Adultos

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

SAEB: Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEEDF: Secretaria de Estado de Educação do DF

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:p. 18

Figura 2:p. 19

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2 ASPECTOS HISTÓRICOS..... | 17 |
| 2.1 Os anos de 1960 | 21 |
| 2.2 Avaliação formativa o caminho a ser seguido | 27 |
| 2.3 ANA (Avaliação Nacional Da Alfabetização) | 28 |
| 3. CONHECENDO O CAMPO EMPÍRICO | 31 |
| 3.1 Coordenadores pedagógicos e formação continuada para avaliação da aprendizagem escolar. | 32 |
| 3.2 O coordenador pedagógico e sua função | 39 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 47 |
| REFERÊNCIAS | 49 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso teve por objetivo analisar a função do coordenador pedagógico na gestão do processo de avaliação da aprendizagem escolar dos educandos. A avaliação da aprendizagem escolar é um tema necessário e custa caro discuti-lo, pois tratar da avaliação é uma provocação aos saberes e fazeres idiossincráticos por colocar em questionamento a autoridade e competência do docente. Por ser um tema árido e ao mesmo tempo polêmico no espaço escolar, muitas vezes é invisibilizado internamente, mas tem sido um tema que tem ganhado destaque no cenário nacional tendo em vista as avaliações em larga escala realizadas pelo governo federal e as implicações educacionais resultado dos indicadores observados através do desempenho acadêmico dos discentes, para a constituição da vida escolar e conseqüentemente do sucesso do educando.

Neste sentido, as propostas avaliativas se constroem a partir da perspectiva de um ideário educacional onde as condições objetivas estão postas para que o professor produza o sujeito que interessa socialmente. A materialização deste processo concerne à atuação importante do coordenador pedagógico que age junto aos docentes apresentando diretrizes bem definidas e orientações que corroboram para que o processo avaliativo funcione como instrumento de gestão da aprendizagem, promovendo o aperfeiçoamento do sistema escolar.

A idéia de construir esse trabalho se originou de duas vertentes. A primeira foi quando tive acesso à disciplina Avaliação Educacional, cursada no quinto período do curso de pedagogia, a qual me trouxe reflexões e lembranças desde quando eu era estudante do ensino médio. As questões que surgiram nos oportunizou refletir sobre a atuação dos professores que lecionaram naquele período, às questões que eclodiram, me permitiram entender naquele primeiro momento que as avaliações sobre o que aprendia em determinada matéria estava atrelado à prova, e somente a ela. Lembro-me nitidamente de momentos na aplicação da prova em que me sentia fracassada por não responder a prova completamente, choro, decepção, frustração (...) pois sentia que ali estava depositado tudo que foi dado bimestralmente sobre tal matéria. Entregar uma prova incompleta era sinal de falta de aprendizagem para mim.

Assim os debates na disciplina de Avaliação Educacional, as leituras e reflexões sobre práticas pedagógicas, mostrou-me que avaliação não dar conta de mensurar o emaranhado de relações que a envolve. Que avaliar está em múltiplas facetas, a relação do que se aprende não

cabe apenas em uma prova, é qualidade no ensino, na formação continuada do professor, na colaboração indispensável do coordenador pedagógico e no respeito às diferenças e aos repertórios de aprendizagem de cada aluno.

O segundo momento surgiu no Estágio Supervisionado III, foi neste período que o tema e os questionamentos sobre avaliação ganharam minha mente. O contato com o espaço escolar proporcionaram um leque de visões, mas foi no planejamento com as professoras, as quais estavam estagiando em suas salas, que essas possibilidades se abriram. Aquele momento foi crucial para levantar questionamentos, as falas, as expressões faciais das professoras denunciavam que o coordenador pedagógico é peça fundamental para uma orientação condizente com o ensino e desenvolvimento do educando em sala de aula. Mas o coordenador pedagógico neste momento não se fazia presente nem em corpo e nem em mente, pois era alguém que foi escolhido politicamente para estar no cargo, e segundo as mesmas não arcava com suas atribuições.

Outro momento vivencial importante foi quando que tive a oportunidade de atuar como educadora, trabalhar na rede pública municipal de Delmiro Gouveia em classes de Educação Infantil. A leitura que fiz neste espaço, enquanto Apoio Pedagógico foi do amedrontamento que a professora regente e auxiliar causava aos alunos da pré-escola II. Demonstrando-lhes que a nova escola teria “prova”, que tudo seria desgostoso até então. Essas tensões se refletiam na fala dos próprios alunos, quando estes se mostravam ansiosos pelo novo. Esse novo cabia o nome “prova”, “nota”, “caderno”, “caneta” e “caderneta”.

Nota-se a preocupação com o preparo para o momento de avaliação, um ritual de tortura com a avaliação, ainda na pré - escola, ambiente que deveria ser voltado ao desenvolvimento de uma infância saudável, descoberta do mundo, não uma transição ameaçadora, cheia de cobranças e resultados numa lógica de competências que buscam enquadrar a criança centro de uma rede produtiva de aprendizado.

Entende-se que o educador escolar seria um mediador mais preparado para esta transição, assim como a orientação vinda do coordenador pedagógico. Sabe-se, que essa é uma das atribuições do coordenador pedagógico, gestos da aprendizagem, agindo na coordenação do projeto pedagógico, formulando, instruindo, buscando alternâncias para uma prática pedagógica focada mais na aprendizagem e menos na ensinagem. Sabe-se ainda, que em algumas regiões do Estado brasileiro, o coordenador pedagógico escolar é escolhido por apadrinhamento político. E aqui reside uma de nossas preocupações, pois

sabemos da importância de sua atuação, no sentido que o ensino na escola se desenvolva com qualidade, pois é nela que se encontra a fonte de uma avaliação da aprendizagem que preze pelo desenvolvimento dos educados e não sua exclusão. Desta forma, nem sempre a indicação do coordenador pedagógico ocorre tendo como premissa à capacidade técnica e pedagógica para assumir tal função no espaço escolar.

Foi através destas reflexões presentes na minha formação profissional, que me lancei a desenvolver esta pesquisa, sabendo que o processo de avaliação da aprendizagem escolar requer do professor e coordenador pedagógico um trabalho criterioso, participativo, confiante, formador e democrático. Buscando o bem-estar e aprimoramento dos sujeitos do processo de ensino e aprendizagem na escola, ainda que essas qualidades do sistema público de ensino estejam nas mãos dos legisladores.

A pesquisa entende que as nuances de uma avaliação escolar, não se restringe a mensurar resultados, mas está ligada ao processo amplo e perene na formação de conhecimento científico do estudante, no qual têm um início e não um fim.

Desse modo, elegemos como referências sobre a avaliação da aprendizagem escolar autores como: Jussara Hoffmann (2014), Cipriano Carlos Luckesi (2009), José Dias Sobrinho (2003), José Eustáquio Romão (2009), dentre outros autores. Ressaltamos ainda importância da categoria avaliação presente nas orientações dos documentos legais através das concepções teóricas presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB – Lei 9.394/1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental - DCNs - (MEC, 2013), na Base Nacional Curricular Comum – BNCC (MEC, 2017).

Ao apresentarmos o contexto histórico, trataremos do tema partir das contribuições de Dermeval Saviani (2011). Na perspectiva das habilidades requeridas para o coordenador pedagógico, buscamos dentre as diversas orientações as contribuições a priori de Vasconcellos (2009), Bruno (2012) e Libâneo (2011), ainda a pesquisa conta com a análise documental da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

O trabalho foi estruturado em três capítulos, sendo composto por este texto introdutório, o primeiro capítulo, intitulado *Aspectos Históricos*, onde apresentamos com se deu a gênese e com qual finalidade a avaliação da aprendizagem escolar foi criada, E como está perpassa o cotidiano escolar nos dias atuais. O segundo capítulo, intitulado *Contradições do Tempo Presente: O que diz a Avaliação Nacional da Avaliação* faz uma análise

documental, no sentido de entender a perspectiva de uma avaliação institucional na educação básica e qual a importância e contribuição da aplicação desta prova ao sistema educativo brasileiro.

O terceiro e último capítulo, apresenta reflexões Conhecendo o Campo Empírico sobre a atuação do coordenador pedagógico, enquanto agente formador no processo de aperfeiçoamento e qualificação contínua da educação básica. Por fim, as considerações finais apresentam questões que buscam elucidar os problemas que afligem o espaço escolar, no sentido de avaliação escolar qualitativa e não apenas quantitativa, da restauração da identidade do coordenador pedagógico, sujeito importante no processo auxiliador, planejador e formador. Entendendo sempre que educação escolar não está atrelada a uma escola perfeita, a um coordenador perfeito, nem tampouco a uma avaliação perfeita, mas a uma questão de política pública, de gestão de processos que devem e precisam ser continuamente avaliados para que a educação pública de qualidade se efetive para todos os brasileiros, atendendo aos preceitos legais presentes na Constituição Federal de 1988 e da atual LDB.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS

A história da avaliação deve e precisa ser analisada com a nossa própria colonização. Luckesi (1995) aponta que “avaliação como sinônimo de provas e exames” é herança desde os anos de 1500, trazida para o Brasil na bagagem dos pelos jesuítas, pois como primeiros educadores reproduziram as experiências que comumente eram desenvolvidas na Europa, ou seja, enfatizava a memorização e dava especial importância à retórica e à redação, assim como à leitura dos clássicos e à arte cênica.

Há relatos históricos, entre os estudantes, que os castigos físicos eram constantes, castigavam-se ou premiavam-se de acordo com a disciplina e o rendimento escolar. Punir ou premiar era uma atividade intrínseca ao trabalho ou seja, o professor era o detentor de todo o saber, aquele que professava e caberia aos seus ouvintes, os estudantes, a missão de atentamente ouvir e assimilar aquilo que o transmissor absoluto dos conteúdos, tinha para lhes ensinar, aos estudantes cabendo obedecer a ele em todas as circunstâncias, o que para Freire, representa

A narração de que o educador é o sujeito conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em vasilhas, em recipientes a ser encheidos pelo educador. Eis aí uma concepção bancária de educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receber os depósitos, guardá-los e arquivá-los. (...) Na visão bancária da educação, o saber é uma doação dos que julgam sábios aos que julgam nada saber (2005, p. 66-67).

Na obra *Primeiras Ideias Pedagógicas do Brasil* (SAVIANI, 2011), encontramos o caminho para a construção desse capítulo, pois o percurso que o autor traça ajuda-nos a compreender como eram feitas as avaliações dos estudantes em determinados tempos históricos. Encontramos no pensamento de John Amós Comênio¹, um bispo protestante da Morávia, região atualmente conhecida como República Tcheca, publicou um livro chamado *Didática Magna: ou da arte universal de ensinar tudo a todos, totalmente*. Nessa obra

¹ Comenius nasceu em 28 de março de 1592, na cidade de Uherský Brod (ou Nivnitz), na Morávia, Europa central, região que pertencia ao antigo Reino da Boêmia e hoje integra a República Tcheca. Viveu e estudou na Alemanha e na Polônia. Sua importância decorre de ser um dos últimos bispo hussitas antes do avivamento morávio e ser o autor da *Didática Magna*, sendo o primeiro educador, no Ocidente, a interessar-se na relação ensino/aprendizagem, levando em conta haver diferença entre o ensinar e o aprender. Era de família eslava e protestante. Tal educação rígida e piedosa influenciou o espírito de Comenius e o despertou para os estudos teológicos. Para saber mais acesse: http://www.editoracomenius.com.br/index.php?id_cms=6&controller=cms

de título bastante audacioso, Comênio argumentava “que aluno não se preparará suficientemente bem para as provas se ele souber que as provas são para valer? ”. Com o tempo, as práticas foram se aperfeiçoando, efetivamente, foram os instrumentos utilizados na aplicação dos exames juntos aos estudantes. Contando com as contribuições da Psicologia da Educação em união com a Pedagogia, no final do século XIX e início do século XX, que eclode estudos e questionamentos quanto à elaboração e aplicação de testes metodológicos e científicos.

Figura 1: Imagem do docente durante a aplicação de exercícios avaliativos.



Fonte: <https://www.timetoast.com/timelines/historia-de-la-pedagogia--9>

Os aspectos históricos são importantes para entender como se formou a educação brasileira neste período, pois a partir deste ponto, pode-se entender as nuances da avaliação dos dias atuais. Segundo Saviani (2011) a história da educação brasileira se inicia em 1549, quando chegou aqui o primeiro grupo de jesuítas.

O autor deixa claro em sua obra que o processo de colonizar, não respeitou os aspectos da sociedade indígena, isso também estava atrelado à educação. Colonizar significa migrar para um território e nele se estabelece. Em um trecho do livro o autor destaca:

O primeiro governador geral do Brasil chegou em 1549 trazendo consigo os primeiros jesuítas [...] Eles vieram com a missão conferida de converter os gentios: “Porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente delas se convertesse a nossa santa fé católica” possam ser doutrinados e ensinados nas coisas de nossa santa fé” (DOM JOÃO III, 1991, pp. 145 e 149). (SAVIANI, 2011, p.25).

A colonização tinha fins de exploração e econômicos, mas era na educação alienada por parte da colônia portuguesa, que está exploração dos recursos naturais do Brasil, far-se-ia sem questionamentos. Uma educação pautada no não questionamento do outro, a qual se ensina. Por isso, o método de ensino deste período estava baseado no *Ratio Studiorum*. O autor Luckesi (2011) no livro *Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico* faz um relato preciso do *Ratio Studiorum*.

[...] é um conjunto de regras que definiram como a administração de qualquer instituição de ensino da ordem deveria ser conduzida. O documento não compõe uma pedagogia propriamente dita, ainda que contenha nas entrelinhas de suas prescrições normativas. (LUCKESI, 2011, p. 241).

Como o autor colocou, não existia uma pedagogia, mas algo focada na administração de colégios regidos pela igreja católica. Que tinha nas entre linhas do documento era a disciplina. Disciplina que pautava a doutrinação dos corpos, da mente de quem as frequentava. Foram nesse sistema de “ensino europeu” que se fundiram as primeiras escolas brasileiras, as tradicionais.

Figura 2: Mobiliário Escolar



Fonte: <https://redes.moderna.com.br/2016/09/02/um-breve-historico-da-avaliacao/>

Como apontou Luckesi acima, as práticas do *Ratio Studiorum*² ainda são utilizadas de forma subliminar em espaços escolares: professores praticarem os castigos, não físicos, mas

² Conjunto de normas criado para regulamentar o ensino nos colégios jesuíticos. Sua primeira edição, de 1599, além de sustentar a educação jesuítica ganhou status de norma para toda a Companhia de Jesus. Tinha por

psicológicas nos alunos, levá-los a diretorias, baixar a cabeças para fazer silêncio. São práticas que influencia na avaliação que o professor tem sobre esse aluno. Somos seres singulares, e por vezes a escola não consegue atender essas necessidades tão fundamentais a cada um. Veja o que afirma Luckesi:

Herdamos essa crença e ela está encontrada incrustada em todos os nossos poros e em nossas entranhas. WilhemReiche, um psiquiatra alemão da primeira metade do século xx, diz que nós, educadores, temos a “compulsão de educar” e essa crença inciente nos conduz a forçar o educando a ser como desejamos que ele seja [...] (LUCKESI 2011, p.209).

Esse arcabouço histórico preliminar prova que a educação Brasil enquanto colônia foi moldada a custa de uma civilização que dominava corpos. Dominar corpos para servi ao bem maior, que era a igreja católica naquele período, servir ao crescimento de sua riqueza e a imponência de seus reis e rainhas. Luckesi reafirma esse poder da igreja no seguinte trecho do seu livro.

[...] Nas ações da Contrarreforma, os jesuítas defenderam a dogmática católica como uma sistematização de toda doutrina já constituída até aquele momento histórico especialmente a do período medieval, ressystematizada pelo Concilio de Trento. Assim sendo, a pedagogia jesuítica necessitava de ser disciplinadora, porque a Igreja Católica almejava isso, o que a constituiu em herdeira da dogmática católica medieval. Para a sociedade civil emergente, estatambém era uma necessidade – admitir a subjetividade necessária para produzir a ciência, mas sob controle. (LUCKESI, 2011, p. 242).

Assim, o autor Carlos Libâneo (2011) nos diz que a educação está ligada a processo de comunicação e interação. Mostra-nos que os indígenas que habitaram o Brasil em 1549 possuíam um modelo pedagógico de ensino, respaldado na realidade em que eles viviam.

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, às regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar [...]. (BRANDÃO, 2007, p.10).

finalidade ordenar as atividades, funções e os métodos de avaliação nas escolas jesuíticas. Não estava explícito no texto o desejo de que ela se tornasse um método inovador que influenciasse a educação moderna, mesmo assim, foi ponte entre o ensino medieval e o moderno. Antes do documento em questão ser elaborado, a ordem tinha suas normas para o regimento interno dos colégios, os chamados Ordenamentos de Estudos, que serviram de inspiração e ponto de partida para a elaboração da Ratio Studiorum.

Para saber mais: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_ratio_studiorum.htm

Compreende-se que hoje o sistema brasileiro atende a documentos específicos para um bom funcionamento de práticas escolas, isso inclui a avaliação escolar, mas a muito que se fazer, a se problematizar. A uma gama de modelos de avaliação a serem replicados para uma aprendizagem que atenda as necessidades, cognitivas, emocionais dos estudantes. E elas ainda são pouco usuais nos espaços escolares.

Sendo assim, entendemos que as práticas pedagógicas no início deste século, incluindo o ato avaliativo, especialmente no Brasil nos mostra um modelo escolar adivinho do autoritarismo, na punição e controle dos educandos. Mas o reflexo dela ainda está presente em sala de aula, isso inclui avaliação da aprendizagem escolar. Avaliar é almejar dados para uma melhoria nas práticas e objetivos pedagógicos de uma determinada escola.

Esse espaço de tempo mostrou e foi afirmado nos parágrafos correntes. Que a educação brasileira se iniciou de uma forma trágica. Na verdade, como Brandão (2007) afirmou, tinha-se uma educação no Brasil, mas ela foi deletada para interesse da coroa portuguesa. Esse tempo também reafirmou que o processo de aprendizagem não tinha uma preocupação na evolução do conhecimento científico do educando, mas que tudo estava sustentado para o controle interno do ser.

2.1 Os anos de 1960

A partir desse tópico revela-se que quando de foi cunhado o termo avaliação educacional, o mesmo também tinha objetivos específicos, o de atender a educação moderna dos anos 1930 e 1940 (Fernandes, 2009). Esses conceitos influenciaram as avaliações no Brasil nos de 1960. São períodos diferentes, mas essa transição de idéias reafirma que o sistema de ensino brasileiro ainda está influenciado pelo estrangeirismo. Estrangeirismo que não demandam a complexidade de culturas diferentes, mas que infelizmente as políticas educativas neste período o fizeram para atende interesses políticos do Brasil.

Após essa primeira fase, em meados dos anos de 1960 o Brasil começa a receber influência das ideias pedagógicas do educador norte-americano Ralph Tyler. Influencia estas que contribuíram para avaliação da aprendizagem em outra narrativa pedagógica. Segundo Luckesi (2011) iniciou um movimento pró - avaliação da aprendizagem, em oposição aos exames, provas e controle de conhecimento. A referência a avaliação era outras, mas dinâmica, multidisciplinar. Voltada pra o campo do currículo escolar, gestão e objetivos pedagógicos preestabelecidos.

O autor José Dias Sobrinho (2003) definiu Tyler³ “como o fundador da avaliação curricular e pai da avaliação educativa”. Para o autor Domingos Fernandes (2009) Tyler foi o pai da avaliação educacional, criador do processo de avaliação do cumprimento ou não dos objetivos definidos. Para Clarilza Prado de Sousa (1997) o educador criou um modelo de avaliação que permitir conceber se os objetivos educacionais estão sendo atingidos. Os expoentes e tradutores das ideias Tyleriana no Brasil, foram Etel Bauzer Medeiros (1971) e Heraldo Merelim Vianna (1973). Vale ressaltar que já havia títulos no Brasil referentes às obras dele, mas em língua estrangeira.

“[...] divulgada no Brasil em língua espanhola -, Ragan – traduzido em 1964 do original *Modern elementar curriculum*, de 1960 -, e Fleming – traduzido em 1970 do original *Curriculum for today's boys and girls*, de 1963. Esses autores, ao descreverem e caracterizarem as etapas do planejamento curricular, indicam, dentre eles, avaliação com o caráter de controle de seu desenvolvimento (CLARILZA, 1997, p.28)”.

É inegável a contribuição de Ralph Tyler para uma nova proposta de avaliação no início do século XIX. Além de cunhar um novo nome a este processo, Tyler definiu que o papel essencial da avaliação é averiguar se os objetivos educacionais traçados estão sendo alcançado pelo currículo e pelas práticas pedagógicas Sobrinho (2003). Assim, a avaliação educacional foi ganhando novas ramificações. Dentre elas se destaca a avaliação formativa e somativa.

Para autor Fernandes (2009) a somativa é chamada avaliação como juízo de valor. Modelo que predomina em algumas escolas, dentre elas às particulares. Os aspectos pedagógicos desta avaliação são superficiais, ou seja, o conhecimento é mesurado a partir de provas escritas. A autora Jussara Hoffmam que se debruça sobre o tema da avaliação mediadora afirma que é preciso cuidado ao avaliar.

³ Ralph W. Tyler foi um educador americano que trabalhou no campo da avaliação e avaliação. Ele serviu ou aconselhou uma série de órgãos que definiram diretrizes para o gasto de fundos federais e influenciou a política subjacente da Lei do Ensino Fundamental e Secundário de 1965. "Tyler defendia a inclusão de uma variedade de procedimentos avaliativos, tais como: testes, escalas de atitude, inventários, questionários, fichas de registros de comportamento e outras formas de coletar evidências sobre o rendimento dos alunos em uma perspectiva longitudinal, com relação à consecução de objetivos curriculares." (TYLER, 1949) Para Tyler, o objetivo da avaliação é julgar o comportamento dos alunos, acentuando a importância em formular objetivos educacionais em termos comportamentais, de forma precisa e clara; admite, ainda, que a avaliação deve acontecer em momentos contínuos, subsidiados por mais de um julgamento.

Não se pode dizer que se avaliou ao observar o aluno. Nem denominar por avaliação a correção de suas tarefas e testes ou o registro desses resultados. Se somente ocorrerem a observação, a correção de tarefas e o registro de resultados, faltou o principal: não se precedeu à ação mediadora, ou seja, à intervenção pedagógica necessária ao progresso do aluno, favorecedora de sua aprendizagem (HOFFMANN, 2014, p. 14).”

Definir, medir, diagnosticar a aprendizagem dos alunos, não perpassa somente em números. Números é um ato simbólico é fato, mas se falando em aprendizagem o contexto é outro, e há muito mais a ser lido. Dentre este, está o fato de como cada aluno absorve o processo de ensino a que lhes oferecido. E que por muitas vezes este ensino não está atribuído ao contexto local a que este alunado está inserido.

Esse rascunho histórico mostrou que o modelo avaliador das escolas brasileiras foi e ainda é pautado em práticas pedagógicas internacionais. Prova disso está à relação de muitos dos nossos primeiros e admirados educadores brasileiros Saviani (2011). É importante destacar que “essas novidades pedagógicas”, não estavam atreladas a realidade da população estudantil brasileira como se leu nos anos de 1906, no Brasil.

Por isso que avaliações escolares brasileiras ainda estão referenciadas no que diz as provas e não em elementos qualitativos. De acordo com Sobrinho (2003), a aprendizagem é em geral quantificada por meio de números ou outras formas de notação e classificação, mas não é suficiente para medir emoções e práticas existências dos alunos. Neste sentido, a avaliação não deveria se fechar em um ciclo, focada apenas na meritocracia, como infelizmente tem ocorrido no ambiente escolar dos anos iniciais do ensino fundamental.

A visão deturpada que só os mais quietos, as famílias de conflitos menos aparentes, dos alunos limpinhos, padronizados como alunos ideais, precisa ser questionada e desconstruída, pois essas abordagens românticas dos alunos perfeitos não cabe na contemporaneidade.

A escola é o espaço de luta, de tensão, de disputas ideológicas entre pessoas e grupos heterogêneos, reunidas naquela espaço entorno da formação burguesa que vai lhes oportunizar acesso aos bens de consumo e ao mercado de trabalho, ou seja a um novo *modus operandi* de viver. Assim, cabe banir esses rótulos, pintar a escola de povo e fazê-la cumprir sua função social.

Diante disso, avaliação da aprendizagem escolar não pode ser vista como um processo simples, reduzido à aplicação de provas como pensam alguns educadores. Infelizmente o

cotidiano escolar pesa na decisão avaliadora do professor, o que era para ser um processo de reflexão - ação-reflexão, acaba por muitas vezes sendo o de punição. Segundo Estebam (2001) já estamos habituados a nos deparar, nas escolas públicas, com grande número de crianças que não sabem aquilo que a escola se propõe a ensinar.

A crítica da autora está atrelada às relações de políticas pedagógicas, que por muitas vezes não são bem estabelecidas e não são debatidas justamente com o corpo e comunidade escolar. Este assunto está muito ligado à questão da avaliação escolar, no qual nos debruçaremos mais adiante.

Ao tratarmos da avaliação, não podemos esquecer as dimensões diagnóstica, formativa e somativa. Nesse contexto, o modelo de avaliação diagnóstica que para alguns educadores é forma exata de coletar dados a respeito da aprendizagem do educando. A avaliação diagnóstica esta centrada na idéia de uma consulta ao médico. O medico avalia o paciente para ver se está tudo em ordem, para ver se aquele remédio é adequado a sua doença. Isso é possível com vários pacientes, neste caso vários alunos em mesmo lugar. Sim é possível.

Segundo Grillo (2010) com a função diagnóstica, ao contrário, a avaliação fortalece o esforço para a retomada do estudo da forma mais adequada e não se torna um ponto definitivo de chegada, uma vez que o objeto de avaliação é dinâmico. Se pautando ainda sobre a avaliação como diagnóstico, pois de fato seria um caminho pedagógico mais próximo da realidade da escola publica. Ela é importante, pois o professor tem a capacidade e tempo de rever seus conceitos pedagógicos através de deste modelo avaliador.

Já em se tratando de avaliação formativa, a mesma pode engloba uma gama de sentidos, ou apenas um. Segundo o dicionário *Michaelis* (2001) formativo esta relacionada a algo que dar forma. Eu poderia subentender no campo pedagógico que preciso dar formação ao meu aluno. Para autora Benigna Maria avaliação formativa tem outro sentido, mas interdisciplinar.

“A avaliação formativa é a que engloba todas as atividades desenvolvidas pelos professores e seus alunos, com o intuito de fornecer informações a serem usadas como *feedback* para reorganização do trabalho[...] entendem que o *feedback* é o elemento-chave na avaliação formativa; diz respeito à informação, ao próprio aluno, a quão bem-sucedido ele foi no desenvolvimento do seu trabalho”. (BOAS, 2008, p.39)

Ainda de acordo com Sobrinho (2003) a avaliação formativa caracteriza-se por respeitar os ritmos e diferenças individuais dos estudantes. É um processo importante para

escola pública brasileira, já que se tem uma clientela diferenciada de alunos, cada com suas limitações e dificuldades de aprendizagem.

De acordo com os estudos de Fernandes (2009) a avaliação formativa, pode se compreendida como uma oportunidade de que a mesma seja utilizada com a característica de desenvolver em sala de aula, os resultados, podendo permitir melhorar a aprendizagem significativa dos alunos.

Dentre os diversos modelos avaliadores que foram sendo desenvolvidos para atender as necessidades do âmbito escolar, mesmo que em algum momento, algum desses modelos sejam injusto, devem ser utilizados, questionados, debatidos e construídas possibilidades de superação das dificuldades que por ora estejam apresentadas.

É importante destacar que a avaliação dos dias atuais ainda perpassa a idéia somativa, mesmo sendo esta abordagem reducionista do que vem a ser um processo de avaliação.

Sabedores que somos que os cursos de formação de professores tem reservado um espaço para à construção de possibilidades discursivas sobre a tão importante temática da avaliação educacional, e que os futuros educadores possuam uma visão diferente do modelo pedagógico vigente, ainda é incipiente a presença na escola de experiências avaliativas mais emancipadoras, uma vez que o *modus operandi* do fazer pedagógico chega a seguir cegamente os constructos teóricos e práticos do que vem a ser a escola e a educação a partir do que o capitalismo em voga determina de forma, fabril, generalizada, numa lógica de produção rápida, barata e que sirva à formação de mão-de-obra que atende diretamente aos anseios do capitalismo.

Desta forma, avaliação tem servido apenas para atribuir um valor a um objeto Sobrinho (2003). A referência avaliativa, como consta na literatura educacional, faz jus as perspectiva educativa européia e americana. Esses dois continentes citados superam o modelo avaliador arcaico, pois são vários os fatores que corroboram para isso, dentre eles estão às políticas públicas comprometidas com uma educação de qualidade. Infelizmente no Brasil algumas mudanças precisam ocorrer no âmbito da educação, principalmente no que tangem a avaliação da aprendizagem escolar.

Neste sentido são as linhas de pensamento de alguns autores, como Jussara Hoffmann que fazem entender por qual motivo avaliação deve está atrelada a mediação. Para Hoffmam (2014) entender o processo avaliativo é destina-se a observar os alunos e refletir sobre como

orientá-los na sucessão de etapas que constituem dinâmica de sua aprendizagem. Na maioria das escolas públicas brasileiras o aluno é levado ao um saber centralizado. Essa prática silencia o aluno, fazendo-lhe crer que o mesmo não aprender por que é “burro”. A autora ainda salienta:

[...] tanto Piaget quanto Vygotsky fundamentam o papel insubstituível do professor na construção do conhecimento, defendendo a importância da interação adulto/criança e criança/criança como desencadeadora dos processos de aprendizagem e de desenvolvimento [...] seguindo o princípio de que o único bom ensino é o que acompanha o desenvolvimento dos alunos (HOFFMAM, 2004, p. 23).

Esse ponto é importante, pois nos mostram como avaliação é um processo contínuo, que não se encerram em coisas materiais, como a prova por exemplo. Diante deste cenário, é possível recorrer ao papel central que o coordenador pedagógico exercer na estrutura de ensino de uma determinada escola. Para Elisangela (2010), o coordenador pedagógico é um educador e deve estar atento ao caráter pedagógico das relações de aprendizagem. O intuito do trabalho não é chamar a atenção do coordenador para suas responsabilidades, mas refletir sobre a prática de um agente tão importante no processo de avaliação escolar coerente.

A história mostrou que a inserção do ensino formal Brasil se de forma abusiva, não levou em conta os aspectos culturais dos povos indígenas. Passando para o início do século XX polarização da psicologia para aprendizagem o ensino formal neste período também pecou. No sentido de usar essa área do conhecimento como um retrocesso. Segundo Lima (2005), as crianças de segmentos sociais pobres em recursos financeiros eram tidas como pouca aptidão para aprendizagem. Infelizmente essas idéias ultrapassadas ainda perpassam o imaginário de educadores no sistema de ensino brasileiros, e não por falta de formação docente.

Há todo um sistema envolto nesta construção preconceituosa, mas que não é difícil de ser minimizado com a participação de todo corpo escolar e políticas escolares efetivas. A iniciativa pode partir de momentos simples no âmbito escolar. Para Bruno (2012) a questão de momentos de reflexão merece ser analisadas e repensadas no ato pedagógico. Ainda segundo a autora é importante que.

A conquista de um clima de confiança para discussão de acertos e erros deve ser enriquecida com a possibilidade de registro dos saberes elaborados por diferentes grupos de educadores [...] Por exemplo, se o projeto pedagógico de certa escola postula avaliação constante por meio de diferentes instrumentos para os alunos, o coordenador poderia utilizar esse princípio de avaliação para os professores nas reuniões pedagógicas (ibdem, 2012, p. 61).

São trocas importantes como está que fazem o processo de avaliação da aprendizagem escolar um momento de construção e de atos rotulados acerca do aluno. Vale salientar que a escola não se resume apenas alunos, sala, prova, reprova, início e fim de ano escolar. A escola é espaço múltiplo que precisa ser mais explorado, diversificado, ouvido. Assim é importante acrescentar o que precisa ser melhorado para realizações de ensino empoderador, crítico social e cultural.

2.2 Avaliação formativa o caminho a ser seguido

Ao se examinarem alguns autores da avaliação da aprendizagem escolar verifica-se que da para ir além do que esta posta. Nisso vemos a importância da avaliação formativa como um caminho a ser seguido.

[...] Falamos em uma avaliação formativa reguladora é fazer a opção por uma educação que supere a crise do paradigma educacional centrado no ensino onde a escola apenas se responsabiliza por ensinar de forma linear e uniforme ficando à sorte dos alunos aprenderem. Essa crise acentou-se porque a escola do ensino padronizado e excludente contribui e contribui eficientemente para a marginalização socioeconômica e cultural de grande parcela da população brasileira principalmente a pertence às classes mais carentes (HOFFMANN, 2004 p. 8).

Diante disso a proposta da avaliação reguladora é inclui todos sem distinção de classe, eliminando qualquer forma de preconceito. Esse modelo propõem que avaliação não seja individual, mas que contemple a realidade de cada indivíduo. A aprendizagem deve ser múltipla, para Hoffmann o processo de aprender tem suas etapas, sendo assim, a autora completa.

O processo avaliativo é o acompanhamento dessas diferentes etapas. É essencial acompanhar os percursos individuais que seguem dinâmicas singulares. Enquanto um aluno ainda está em processo de mobilização outro pode já estar expressando sentidos construídos e em busca de novidades sobre o assunto (HOFFMANN, 2014, p. 54).

Esses desdobramentos do aprender só são possíveis quando o professor passar ter um olhar mais dinâmico sobre as relações humanas e pedagógicas dentro de sala de aula, sem esse olhar mais aguçado, ia inviável uma avaliação para além das práticas cotidianas e redundantes. Por isso a importância da avaliação reguladora.

A prática docente por ser entendida inacabada e contingente é tomada como objeto de investigação de indagação exigindo do professor e da professora uma postura reflexiva. Assim a sala de aula é o laboratório dos que ensinam e dos que aprendem. A prática pedagógica ao ser objeto de pesquisa e de reflexão torna-se práxis transformadora de si mesma e do meio que a circunda (HOFFMANN, 2004, p. 10).

Diante do pensamento da autora, fica evidente a necessidade da ação e reflexão que o professor tem que fazer sobre sua prática em sala de aula. Isso se configura como um ato importante, pois através da nossa consciência. As vezes com o cotidiano em sala de aula, isso não nos é permitido. Por isso a importância da formação continuada no ambiente de trabalho, pois ela é fundamental nesse processo de auto-afirmação do professor e aprendizagem do aluno.

A formação deve se para além das paredes do ambiente escolar, acima de tudo ela deve ser humana. A formação humana é que nos possibilita sair das nossas “caixas” de conforto social, profissional e emocional. Isso estar posto no pensamento do autor Saviani.

[...] análise do aspecto pessoal isto é, da liberdade mostrava o homem como um ser que, embora situado, se revela capaz de intervir pessoalmente na situação para aceitar rejeitar ou transformar. enquanto ser livre e capaz de intervir na situação, então ele pode intervir na vida das novas gerações para educá-las [...] (SAVIANI, 2009, p.422).

A ideia do autor é trazer o protagonismo do professor, mas com o dever de educar e não maltratar seu alunado, como aconteceu nas primeiras idéias pedagógicas no Brasil. Esse pensamento ainda é importante, pois mostra como também é de sua importância do Coordenador Pedagógico com o seu papel de estar sempre formando.

O sistema de ensino brasileiro apesar de está consolidado a democracia nós ainda temos muito a aprender. Disto a avaliação da aprendizagem escolar é um dos objetos que carregam consigo marcas do Brasil colônia. Mais uma vez a importância da formação continuada fora e dentro do espaço escolar, pois é preciso sermos descoloniais diariamente.

2.3 ANA (Avaliação Nacional Da Alfabetização)

Analisaremos a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), tendo em vista a sua contribuição para o diagnóstico do Ensino Fundamental do nosso país, no quesito letramento e habilidades matemáticas. Compreendo sempre que um documento como este não é suficiente para diagnosticar a aprendizagem dos educados em suas singularidades. Pois a aprendizagem vai além de dominar duas áreas do conhecimento.

A estrutura dessa avaliação envolve o uso de instrumentos variados, cujos objetivos são: aferir o nível de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática das crianças regularmente matriculadas no 3º ano do ensino fundamental e as condições das instituições de ensino às quais estão vinculadas. (BRASIL, 2013, p.7).

Pode-se dizer que este é o marco teórico da Avaliação Nacional Da Alfabetização (ANA), tendo em vista apenas como objetivos. Vale ressaltar que esse objetivo citado acima leva em consideração as condições pedagógicas, ainda que implicitamente, esse ponto é importante, pois mostra que qualquer avaliação não pode estar fixado apenas em resultados, mais em ações que leve ao educando ao seu desenvolvimento amplo. Ainda sobre condições fundamentais para que ser de uma avaliação de qualidade Esteban deixa bem claro o compromisso com a qualidade.

[...] Há u aumento expressivo de sujeitos que assumem a condição de aluno, sem, no entanto, uma equivalência na realização das aprendizagens necessárias e/ou validadas, visto que a experiência escolar de muitos é marcada por desempenhos insuficientes e por abandono precoce. Embora amplamente conhecido, vale ressaltar que o fracasso escolar se concentra nas classes populares, que ocupam as periferias do sistema. O sucesso escolar permanece como desafio que preciso ser superado para que a escola se constitua como um espaço democrático de fato, levando o discurso da democratização a incorporar outro elemento: o compromisso com a qualidade. (ESTEBAN, 2008, p.6).

Lê-se que a qualidade da educação vai além objetivos, mas da democratização do ensino, enquanto tivermos o fracasso escola como um dos grandes problemas das escolas brasileira, não podemos mesurar ávida escola das crianças em idade de alfabetização em apenas duas disciplinas.

O caminho para educação de qualidade é outro, não apenas documentos que queria resumir o de fato é educação. Eles são importantes para diagnosticar problemas da alfabetização deste alunado, mais o enfrentamento das adversidades educacionais são diárias e devem ser repensadas sempre nos diálogos, seminários, debates, na formação continuada do professor.

Ainda sobre os pilares da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), há um trecho no documento em que os aspectos da desta avaliação não evolva somente a coleta de dados em letramento de Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática, mas outros pontos são importantes, como: “ Espera-se avaliar aspectos de contexto que envolva gestão escolar, a infra-estrutura, a formação docente e a organização do trabalho pedagógico, entendidos como aspectos intervenientes no processo de aprendizagem”. (BRASIL, 2013, p.7).

Esse ponto é fundamental, pois incluir a formação continuada do professor como algo promissor para a avaliação dos alunos. Isso demonstra a importância da avaliação se vista de outras perspectivas que não só mensurar dados, mas ir além do que estar posto. Avaliação envolver outras demandas e elas precisam ser problematizadas.

A opção por um ou por outro modelo pedagógico representa fazermos uma adesão política por um projeto societário, por isso é fundamental sabermos que ideologias estão subjacentes às práticas pedagógicas, em especial, às avaliativas para termos a consciência da dimensão política do trabalho docente (HOFFMANN, 2003, p.9).

Observa-se a importância que o trabalho docente têm sobre o tema avaliação, como política também influencia o tema. São pontos importantes política e educação, até onde queremos com dados avaliativos, para que usá-los. São questionamentos este que devem permear o espaço da escola e ação dos seus atores. A avaliação tem um peso enorme na contribuição de educação com qualidade, isso é fato, e histórico também. A colonização mostrou isso, os períodos dos anos 60 a 70 relataram isso. E agora no século XIX não têm sido diferente.

Mas que modelos avaliativos estamos propondo aos educandos se há existe formação continuada? E o coordenador pedagógico como vem se posicionado frente às novas demandas. Ou será que ainda vivemos no tempo da colônia, onde avaliar era um ato agressivo.

Diante disto percebe-se a importância do Coordenador Pedagógico na formação em serviço. Sem esse apoio o trabalho do professor fica inviável. Não basta está formado, existe todo um fluxo a ser orientado. As demandas da escola e principalmente da sala de aula são múltiplas, por isso a necessidade da formação continuada em serviço e sua importância para que as coisas aconteçam da melhor maneira possível.

3. CONHECENDO O CAMPO EMPÍRICO

O campo da avaliação é um lugar poder, historicamente as relações pedagógicas pautam a avaliação como uma experiência de poder. De delimitação de território, ou seja de juízo de valor de quem sabe e detém alguma forma de poder e daqueles que não sabem, mas devem e precisam obedecer.

O campo também se refere a comunidades que se dedicam a investigar a temática e a pôr em prática ações de múltiplos significados e efeitos. No que diz respeito à avaliação, os efeitos, dentre outros, têm sentidos pedagógicos e políticos. Faz também pensar visões de mundo, crenças, atitude e práticas mais ou menos compartilhadas por grupo de cientistas, [...] com profundas disputas e contradições entre grupos e comunidades de intelectuais, profissionais de distintas categorias e organizações políticas com diferentes interesses e concepções. (DIAS SOBRINHO, 2012, p. 26)

O desafio de compreender a realidade do coordenador pedagógico enquanto formador do professor avaliador, requer que demarquemos como se entende o processo de ensino e aprendizagem e qual a finalidade da avaliação para o processo de educativo. Pois, para avaliar, a professora não basta apenas transmitir conhecimento e dar notas, precisar saber avaliar com critérios cada aluno.

Esse critério é importante, pois sem uma formação continuada a respeito de como se deve avaliar o aluno o professor pode cair em uma armadilha achando que esta avaliando de forma correta sem levar em conta alguns discernimentos.

Há muito a fazer pela aprendizagem de todas as crianças e jovens por conta da massificação do ensino da desvalorização e da alta de formação dos educadores. Na corrida desenfreada do instrucionismo do dar conta aos conteúdos das apostilas dos inúmeros fazeres e dos compromissos nas escolas os estudantes correm atrás dos professores. As aprendizagem ficam para atrás. Muitos alunos acabam esquecidos no meio do caminho (HOFFMANN, 2014 p. 14).

Diante desta citação pode perceber que há descontento em busca da aprendizagem do aluno. Isso ocorre, pois o professor não está em contexto com os alunos causando esse desvio na aprendizagem. São situações pontuais como está que precisam ser refletidas pelo professor e por quem o coordenam no âmbito escolar.

A diversificação de métodos de coleta de informação permite avaliar mais domínios do currículo, lidar melhor com a grande diversidade de alunos hoje estão nas salas de aula e também reduzir os erros inerentes à avaliação. (FERNANDES, 2019 p. 95).

A coleta de informações diversificadas como o autor sugere a respeito da aprendizagem do aluno são importantes para não cair no erro de avaliação mal sucedida. Por é de suma importância uma coordenação que mostre outras possibilidades de se avaliar que não seja a lápis e prova. São pertinentes as falas destes autores em nos dizer que existe outras possibilidades

É nesse contexto que a formação continuada se insere como um método para o professor não cair no erro de avaliar só por avaliar o alunado sem levar em conta a multiplicidade do espaço escolar. Cabe ao professor estar sempre buscando melhoras em quanto profissional da educação para poder atender a demanda da escola juntamente fazendo a essa parceria com o coordenador pedagógico.

A educação não deve ser um tema alheio para a sociedade, deve ser debatida para que assim se possa alcançar a qualidade da mesma. Sem este trabalho sincronizado entre coordenação e professor as demandas escolares não fluem. O coordenador deve estar atento às demandas de sua função, que é a formação continuada do professor, e o professor deve estar sempre disposta a ajudar no trabalho da escola e cooperar com a coordenação.

3.1 Coordenadores pedagógicos e formação continuada para avaliação da aprendizagem escolar.

O coordenador pedagógico como dito acima tem um papel importante na formação docente dos professores em serviço. Sem a figura e atuação do mesmo fica inviável uma postura ativa dos professores na construção dos seus saberes.

O trabalho do professor-coordenador é fundamentalmente um trabalho de formação continuada em serviço. Ao subsidiar e organizar a reflexão dos professores sobre as razões que justificam suas opções pedagógicas e sobre as dificuldades que encontram para desenvolver seu trabalho, o professor-coordenador está favorecendo a tomada de consciência dos professores sobre suas ações e o conhecimento sobre o contexto escola que atuam. (BRUNO, 2012, p.9)

É nesse paradigma que deve atuar o coordenador pedagógico sempre trazendo o professor a reflexão do seu trabalho em sala de aula. Não é uma tarefa fácil já que por muitas vezes a figura do coordenador não é vista com bons olhos por parte dos professores que ainda resistem fazer um bom trabalho.

Na contemporaneidade, é exigido cada vez mais do professor o conhecimento das novas tecnologias, a necessidade de trabalhar a partir dos conhecimentos prévios dos alunos, a busca de novas metodologias para abranger o maior número de alunos com interesse, evitando, conseqüentemente, dificuldades. Entende-se que o coordenador pedagógico tem papel fundamental no suporte aos professores para desencadear as possíveis inovações necessárias à prática dos docentes. (FRACO, 2013, p. 64)

São esses os encaminhamentos dado ao coordenado pedagógico. Levar o professor a e inserir nas novas tendências pedagógicas. Mas também vale ressaltar que o professor deve está aberto a essas novas possibilidades para que seja feito um trabalho de qualidade. Vale destacar ainda que o coordenador pedagógico tem a função de direcionar o professor as novas descobertas, mas sempre tendo em mente que o mesmo estará aberto a se inserir neste meio.

A reflexão é um ato de grande importância para qualquer área de conhecimento. E quando se fala em educação não é diferente, pois é uma área onde o ser humano descobre sua existência, isso é muito significativo na vida de qualquer pessoa. Esta aí mais função do coordenador pedagógico em dialogar sempre com professor.

O modelo de aconselhamento, por outro lado, entende a função como aquela responsável pelo estabelecimento de condições para que o professor explore e analise os problemas de sua prática, pela ajuda na discussão desses problemas e na busca de soluções. Os autores apontam como o único ponto fraco dessa visão o fato de os professores acharem que só devem recorrer a esse serviço em caso extremos de grande dificuldade. (ROMERO, 2004, p.3)

A citação acima nos mostra mais uma vez o qual é importante o dialogo entre professor e coordenador pedagógico. A função dialógica no espaço escolar é de suma importância, para o autor ROMÃO (2009) que fala sobre esse assunto englobando a avaliação da aprendizagem escolar. Ele destaca o seguinte:

Em suma, na educação e na avaliação “bancárias” os alunos se transformam em meros arquivos especulares das “verdades” descobertas previamente pelos professores na sua formação e na preparação de suas aulas. E entes especulares não praticam o ato cognoscente, já que sua tarefa se resume ao registro e ao reflexo (repetição) do depósito que lhe foi confiado. Aí a avaliação se torna um mero ao de cobrança, e não de uma atividade cognitivista, na qual educador e educando discutem e refazem o conhecimento (ROMÃO, 2009, p. 88).

Por isso o conhecimento acerca do erro é importante na vida docente. Onde esta o erro em se avaliar a aprendizagem do aluno, eu necessito de uma ajuda par rever meus erros?A quem devo busca ajuda nessas horas? São perguntas pontuais como esta que norteia a vida docente, mas que são importantes para demonstrar que o professor não está sozinho nesta jornada.

O professor e a professora como intelectuais reflexivos transformadores precisam aproximar-se da produção teórica das ciências da educação para se apropriarem desse legado com intuito de desconstruir e reconstruí-lo, tendo como referencia a contexto socioeducacional em que estão inseridos (ESTEBAN, 2003, p. 10).

Esse é o processo contínuo que deve estar atrelado ao professor na busca por conhecimento para desenvolver um trabalho de qualidade no espaço escolar. Esta busca está justamente ligada ao professor coordenador à troca de conhecimento entre os dois deve ser um trabalho de sintonia.

A formação contínua na escola e fora dela dependem, como dissemos, das condições de trabalho oferecidos aos educadores, mas dependem também das atitudes destes diante de seu desenvolvimento profissional. Não podemos relegar a formação contínua exclusivamente à responsabilidade do Estado. Cada educador é responsável por seu processo de desenvolvimento pessoal e profissional (BRUNO, 2012, p. 23).

As condições oferecidas aos trabalhadores em educação devem ser de qualidade, pois este precisa se utilizar destas ferramentas no espaço escolar. Como pontuou o autor acima a busca por processo de desenvolvimento intelectual não é só dever da escola, mas do próprio educador em querer melhora sua formação.

Diante disso, fica evidente mais uma vez a importância pela formação continuada. Seja ela em serviço ou fora dela, isso significa muito na vida docente, pois esta busca só faz a educação crescer. Dada esta configuração fica mais uma vez comprova a figura do coordenado professor, neste sentido, destacamos:

[...] destacamos o coordenador pedagógico como um agente articulador, formador e transformador das instituições escolares, capaz de contribuir grandemente para o sucesso das entidades de ensino. Por meio do desenvolvimento de um trabalho coletivo pautado na ação-reflexão-ação, acreditamos que poderá romper barreiras que dificultam um ensino de qualidade para todos os alunos (OLIVEIRA, 2013, p.95).

Vale descartar que o coordenador pedagógico se insere nesse contexto todo dito acima é ele quem responsável por pautar a ação-reflexão-ação na vida do professor, trazer a torna esse questionamentos que surgem no espaço escolar. A ação primeira é verificar o que pode ser mudado, a reflexão vem como um ato de refleti sobre o erro, as atitudes, o que precisa se melhorado e por fim cão de novo para agir sobre aquilo que foi encontrado.

É nessa interação mútua que as coisas acabam dando certo, esse processo de agir e refletir trás a torna problemas antes não detectados no espaço escolar. Sem uma forma de pensa as coisas realmente não funcionam em por isso que as instituições precisam da figura de um coordenador que estejam articulador com todas as nuances deste espaço.

Junto ao corpo docente o coordenador tem como principal atribuição a assistência didática pedagógica, refletindo sobre as práticas de ensino, auxiliando e construindo novas situações de aprendizagem capazes de auxiliar os alunos ao longo da sua formação (OLIVEIRA, 2013, p. 96).

A atuação do coordenador tem forte influência na vida dos educandos. Sem esse posicionamento didático pedagógico e engajamento do mesmo as coisas não funcionariam. O professor por si só não daria conta de tanta demanda no espaço escolar. Mais uma vez contemplamos a influência da figura do coordenador como detentor de uma demanda com qualidade.

A formação requisitada para o exercício da função de coordenador não pode se resumir em um acúmulo de títulos precisa ser um processo reflexivo e crítico sobre a prática pedagógica. Os cursos de Pedagogia precisam investir na formação do coordenador, pois se trata de função essencial e complexa no campo educativo e que não dá para aprender somente com a prática, é preciso desenvolver capacidades e habilidades múltiplas em consonância com a educação atual (OLIVEIRA, 2013, p. 97).

A citação acima nos trás uma reflexão de que o coordenador também precisa de formação, isso é de extrema importância. Cabem as secretarias de educação resolver essa demanda, como bem disse a autora Oliveira (2013), o coordenador não precisa somente de acúmulos de títulos, mas está refletindo sobre o espaço que está inserido e que atua.

Diante disto fica mais evidente de como a formação docente é essencial para a fluidez do espaço escolar. Seja de ambos os lados refleti e agir sobre as demandas das instituições é um passo importante para que os processos didáticos pedagógicos se consolidem. Como bem pontua autora Eliane Bambini (2012) o professor tem que ter uma formação transdisciplinar.

[...] o conhecimento sobre finalidades e utilização dos procedimentos didáticos (os mais úteis eficazes para a realização da tarefa didática que devem desempenhar), o conhecimento sobre os aspectos afetivo-emocionais, o conhecimento sobre os objetivos educacionais e seus compromissos com o cidadão e profissional (visão de Educação, objetivos da Educação, formação de determinado tipo de o homem, tendo em vista um determinado e desejado tipo de sociedade) (BRUNO, 2012, p. 27).

É nessa perspectiva que se insere a formação continuada, ou seja, está atento também as demandas socioeducativas de quem se ensinar. O professor precisa ter um olhar aguçado sobre seus alunos, não é uma tarefa fácil, porém é necessária para que os trabalhos no espaço de sala de aula sejam bem desenvolvidos.

Reconhecer as diferentes trajetórias de vida dos educandos implicar flexibilizar os objetivos, os conteúdos, as formas de ensinar e de avaliar [...] para a concretização dessa flexibilidade são importantes os seguintes questionamentos: “quem são os meus aprendizes? Que sabem os alunos em relação ao que quero ensinar? Que experiências

tiveram? O que são capazes de aprender? Quais são os seus interesses? Quais são os seus estilos de aprendizagem? (SILVA, 2004, p. 11).

Neste sentido, vale ressaltar que o professor deve ter um olhar atento para com seus educandos. Levar em conta o que Silva (2004) disse a respeito de quem se ensinar, a onde eu quero chegar? Qual a relevância de saber o que se passa na vida do meu aluno, até que ponto isso pode influenciá-lo na sua vida de estudante. São questionamentos como estes que devem nortear a reflexão do professor em sala de aula.

De fato é preciso está atento a esses critérios para que se desenvolva um trabalho de qualidade em sala de aula. Refletir sobre o espaço que atuar traz mais leveza ao trabalho e esta reflexão parte do pressuposto de que nem tudo vai bem. Agir para que se chegue a resultados satisfatórios é o melhor caminho. Veja o que nos diz Bruno (2012) sobre como o professor pode e deve refletir sobre o erro em sala de aula.

A conquista de um clima de confiança para discussão de certos e erros deve ser enriquecida com a possibilidade de registro dos saberes elaborados por diferentes grupos de educadores, em diferentes espaços educacionais [...] Por exemplo, se o projeto pedagógico de certa escola postular avaliação constante por meio de diferentes instrumentos para os alunos, o coordenador poderia utilizar esse princípio de avaliação para os professores nas reuniões pedagógicas (BRUNO, 2012, p. 61).

São ações como estas que o coordenador atua junto ao professor para melhoria da educação. Dialogar é de fundamental importância para que se chegue aos objetivos desejados, neste caso uma avaliação da aprendizagem que esteja pautada no Projeto Político Pedagógico da escola.

Em suma avaliar o aluno deve este bem respaldado nos documentos que norteia qualquer instituição escolar para não cair no erro de prejudicar a vida do estudante. Por isso mais uma vez a importância da atuação do coordenador professor nestas questões que não só envolver a formação continuada, mas o cotidiano da sala de aula.

Para tanto, torna-se necessária à presença de um coordenador pedagógico consciente de seu papel, da importância de sua formação continuada e da equipe docente, além de manter a parceria entre pais, aluno e professores e direção [...] a função de coordenador pedagógico é o suporte que gerencia. Coordena e supervisiona todas as atividades relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem visando sempre com sucesso à permanência do aluno (DAVID, 2017, p. 145).

Esse é o papel consciente do coordenador, aquela que atua pra gerir uma escolar com qualidade de trabalho. Que una o todo o corpo docente e suas necessidades são pontos como

estes que fazem da escola um lugar melhor para se conviver. Outra função importante do coordenador como aponta David (2017) é que:

Ele leva os professores a ressignificarem suas práticas, resgatando a autonomia docente sem, se desconsiderar a importância do trabalho coletivo. O coordenador é, sem dúvida, um agente muito importante na formação docente, por isso, é fundamental uma mudança na prática e no processo de apoio pedagógico aos professores (DAVID, 2017, p. 147).

O trabalho coletivo é de suma importância no espaço escolar, essa parte contribui muito para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. E o coordenador tem seu papel fundamental neste processo, como bem apontou o autor, sua atuação no campo pedagógico para melhor formação do corpo docente. Esse processo também influencia na vida dos educandos, sem um trabalho qualitativo, pode-se prejudicar a vida dos estudantes. Veja o que aponta Luckesi:

O desenvolvimento do educando pressupõe o desenvolvimento das diversas facetas do ser humano: a cognição, a afetividade, a psicomotricidade e o modo de viver. Cada sujeito – criança, jovem ou adulto se educa no processo social como um todo; na trama das relações familiares, grupais, políticas... A educação é meio pelo qual a sociedade produz e se reproduz e se renova culturalmente, com conquências materiais. (LUCKESI, p. 126).

Com isso o autor demonstra que relação educação e ser humano são fundamentais na vida escolar dos educandos. Este dois fatores são importantes para o desenvolvimento das habilidades dos estudantes, seja nas relações humanas, na relação com a sociedade, escola, amigos, professores, pais. Um ambiente acolhedor faz toda a diferença na vida de qualquer pessoa, cabe a escolar ser esse espaço também.

Diante disto, fica explicitada a importância do coordenador nesses processos de ação no desenvolvimento dos educandos. Sempre esta dialogando junto aos professores a melhor maneira de contribuir para esse desenvolvimento. O engajamento para educação de qualidade faz bem a toda comunidade escolar e as gerações futuras. Ainda sobre o coordenador vale ressaltar,

O objetivo do coordenador pedagógico é oferecer subsídios para ajudar seus professores a entender melhor sua prática e dificuldades encontradas no dia a dia escolar, além de ser um forte articulador na educação continuada dos mesmos (DAVID, 2017, p. 147)

A formação continuada é de fundamental importância para uma educação de qualidade. Sem ela a escola não se desenvolver a sua relevância trás benefícios a toda comunidade escolar, bem como a sociedade no geral. Esta sempre em um processo de formação é algo estimulante na vida de qualquer profissional. Traz mais confiança no

ambiente de trabalho, estimula a criatividade. Veja o que diz Luckesi sobre uma educação para o educando e somente ele.

Assim sendo, desenvolvimento do educando significa a formação de suas convicções afetivas, sociais, políticas; significa o desenvolvimento de suas capacidades cognoscitivas e habilidades psicomotoras; enfim, sua capacidade e seu modo de viver. A educação escolar é uma instância educativa que trabalha com o desenvolvimento do educando, estando atenta as capacidades cognoscitivas sem deixar de considerar significativamente a formação das convicções. (LUCKESI, p. 126).

A escolar é um campo, com bem disse o autor que trabalha as potencialidades do ser humano. Esta inserida neste meio para qualquer pessoa é de relevância muito grande, ter a possibilidades de se desenvolver. A escola é todo esse sistema que interage para o desenvolvimento pleno do estudante. Por isso a importância de um compromisso firmado por aqueles que cuidam da educação, o professor.

Neste sentido, vale ressaltar o qual grande é a articulação de uma coordenação comprometida com educação dos seus alunos, com a comunidade escolar, com o corpo docente. São ações como esta que proporcionam um ambiente de qualidade na educação dos estudantes, visando sempre o desenvolvimento dos mesmos. Ainda sobre o coordenador pedagógico cabe colocar:

[...] cabe ao coordenador acompanhar o projeto pedagógico, formar professores, partilhar ações, também é importante que compreenda as reais relações desta posição. As relações interpessoais permeiam a prática do coordenador que precisa articular as instâncias escolar e familiar sabendo ouvir, olhar, e falar a todos que buscam a sua atenção, por isso, se faz necessário um profissional que vai além de sua função [...] (DAVID, 2017, p.148).

Estas são as bases que permeiam a vida profissional do coordenador pedagógico, ir além de sua função, busca sempre o melhor para a educação. Não é uma tarefa fácil, mas também não impossível quando se entender a demanda de sua função. O coordenador tem em suas mãos a possibilidade de mudança no espaço escolar. Sua profissionalização permite esse olhar mais aguçado para diferentes demandas.

Como bem colocou os autores uma das funções essenciais do coordenador pedagógico é a formação continuada do professor em serviço. Isso implica em muitas coisas, dentre elas formar para além da aprendizagem escolar. Essa formação para se avaliar o aluno é primordial, a avaliação da aprendizagem escolar é um dos pontos fundamentais na vida do educando. Se o professor não tem formação consciente de como se avaliar um aluno, o

mesmo pode cair na ignorância de avaliar apenas por nota. Alguns autores defendem a ideia de que a avaliação é transdisciplinar, vai muito além de mensurar a aprendizagem do aluno.

Portanto, a formação continuada tendo o coordenador como formador é uma perspectiva que deve ser mantida. Sem o coordenador o professor não pode embasar seus trabalhos no espaço escolar, é uma troca mútua que visa sempre o bem-estar do educando. Como bem colocou David (2017), cabe ao coordenador sempre acompanhar o projeto Político Pedagógico, partilhar ações e mais ainda formar professores.

São ações como estas que fazem uma educação de qualidade, percebe-se que a formação é instrumento de grande importância na vida do professor, sem ela o ensino se torna precário. Formar é ao de reflexão sobre as ações que estão sendo feitas em sala de aula e refletir é um ato de agir sobre possíveis erros nestes espaços. Por isso a importância da formação continuada em serviço, sem ela a escola não pode caminhar.

3.2 O coordenador pedagógico e sua função

Sabe-se que cada profissão tem sua demanda e função, para ser coordenador não é diferente. Ele tem que estar apto para exercer seu ofício e para isso existem requisitos segundo a LDBEN N° 9394/96, que garante o exercício do coordenador pedagógico. Assim o autor David (2017) defini da seguinte maneira:

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN N° 9394/96, para atuar na coordenação é preciso ter formação inicial em nível superior em Pedagogia ou Pós-Graduação. Assim, como pré-requisito fundamental para o exercício da função, segundo o Art 67, parágrafo único da referida lei, é necessária a experiência docente para atuação como Coordenador Pedagógico (DAVID, 2017, p. 144).

Essa definição por lei sobre a atuação do coordenador pedagógico é de suma importância, pois ainda esta função é ocupada por pessoas que não são formadas. Há também aquelas que exercem esta função sobre o apoio de indicação política sem nenhuma formação. Isso é um perigo, pois afeta diretamente a qualidade da educação, isso deve ser combatido veementemente pelo poder público.

Ainda sobre a atuação do coordenador pedagógico vale ressaltar que sua formação está ligada diretamente a formar o professor. A formação continuada é um dever do coordenador pedagógico, várias pesquisas revelam isso. Isso se explica na pesquisa realizada por Leni Aparecida Souto Miziara (2014), onde a mesma revela através de outras pesquisas como atuar o coordenador pedagógico. Vejamos:

[...] o coordenador pode ter uma atuação com intuito de aprimorar o fazer docente. Outros pesquisadores como Antunes (2010), Cassalete (2007) e Horta (2007) também apontam o papel essencial do coordenador é trabalhar com a formação continuada para ampliar o potencia de reflexão filosófica do professor (MIZIARA, 2014, p. 614).

Como bem pontuou a autora o intuito do coordenador é o fazer docente. É a formação continuada chamar o professor a refleti sobre seu trabalho em sala de aula, é esse saber filosófico que traz importância para uma educação de qualidade. O coordenador não pode se desvincular de sua função, sabemos também em registro do desvio da função do coordenador é isso não é bom para o ambiente escolar. Vejamos o que diz Dogmar Ser acerca do papel equivocado atribuído ao coordenador pedagógico.

Quase todo o foco de sua atenção está dirigido aos alunos indisciplinados. Se há brigas entre colegas de classe, rixa no recreio ou um garoto hostil com os colegas, ele tenta resolver. Um quarto dos entrevistados considera sua atribuição a resolução das questões de indisciplina, pois muitas vezes é o próprio diretor ou professor quem encaminha as ocorrências para ele e pede intervenção. Ou não os pais que batem à sua porta em busca de ajuda (SERPA, 2017, p.2).

O coordenador não é psicólogo, mas muitas vezes é confundido como o mesmo. Isso é recorrente no espaço escolar, onde por muitas vezes o coordenador é chamado a resolver situações que não lhe despeito. Além destas funções equivocados o coordenador é visto como psicólogo dos professores, isso é prejudicial ao ambiente de trabalho. Como bem colocou Miziara, a função do coordenador é meramente formar professores.

A coordenação é reconhecida como a principal instância formadora de professores, caracterizada em suas possibilidades e dificuldades na organização das mais diversas dinâmicas formativas [...] pode-se notar que a maioria dos autores analisados conclui suas investigações explicitando a compreensão dos coordenadores sobre seu papel precípua de formadores, interlocutores e mediadores da organização do trabalho docente coletivo, mesmo quando lhes faltam, para a plenitude de sua atuação profissional e identitária, tempo e /ou conhecimento sistematizado acerca das teorias pedagógicas (MIZIARA, 2014, p. 620).

Como bem colocou a autora a função do coordenador é esta vinculada a formação de professores. Diante disto, fica evidenciado qual o real papel do coordenador. Não devemos esquecer que este profissional de algum modo por esta ocupando cargos políticos ocasiona a troca destes papeis, causando equívocos no espaço escolar. As pesquisas mostram que atuação do coordenador deve ser outra, mais centralizada, focada na formação dos professores.

Assim, o coordenador sempre deve ter em mente sua real condição enquanto profissional da educação, sem desviar de seu foco. Esta sempre atento as demandas da escola no qual lhe seja designado, favorecendo o desenvolvimento dos professores, incentivando o trabalho dos mesmos. Diante disto, Romero (2004) coloca a seguinte questão.

[...] tem como princípios regentes, estabelecer empatia e confiança, dar atenção personalizada através da sensível habilidade de ouvir, envolver a pessoas como um todo, encorajar a auto-conhecimento e auto-avaliação, desenvolver a identidade pessoal[...] incentivar a criatividade, permitir escolhas (ROMERO, 2004, p. 5).

São princípios como estes que norteia a vida profissional do coordenador pedagógico. Incentivar o processo criativo dos professores, sempre atento ao fazer docente. Este fazer docente esta ligada a uma educação que visa sempre à melhoria dos educandos. Diante disto fica clara mais uma vez que coordenador pedagógico é aliado do professor. Vale ressaltar que além desta função o coordenador não deixa de ser gestor, por que ao longo do texto, algumas pesquisas mostram que este é grande aliado na construção do PPP. Esse não é tema central do trabalho, mas mostra que as ações acerca do PPP influenciam decisões sobre o tipo de avaliação e a formação continuada de professores.

Ainda sobre a atuação do coordenador pedagógico, vale resalta o seu perfil. Segundo Placco (2013) as coordenações no âmbito brasileiro são compostas por mulheres, a maioria possui o magistério e já tem mais de quatro anos de atuação na educação. Vejamos o diz a pesquisa do autor.

[...] a coordenação no Brasil é exercida predominantemente por mulheres, casadas, com filhos, na faixa de idade entre 36 e 55 anos. A maioria tem Magistério do 2º grau e graduação em Pedagogia, e algumas têm especialização em alguma área da educação. O tempo de atuação na escola em que trabalhavam no momento da realização da pesquisa, para 76% dos casos, era de até cinco anos. A maioria declarou ter assumido a função alheia a sua vontade, por convite da direção, indicação de colegas ou transferência de escola (PLACCO, 2013, p. 763).

Outro ponto importante discutido na pesquisa deste autor é relação da coordenação é espaço físico para sua atuação. A pesquisa mostra que regiões do Norte e Nordeste são as mais prejudicadas quanto à precarização do trabalho do coordenador pedagógico. Isso se reflete nas políticas públicas de cada região do país, a onde se investe mais educação de qualidade, a satisfação é coletiva.

No entanto, com exceção das regiões Norte e Nordeste, em que se declaram satisfeitos, a maioria considera que é preciso melhorar. As boas condições são

justificadas com base em aspectos de relacionamento e recursos humanos e, no que concerne à necessidade de melhorar (PLACCO, 2013, p. 763).

Infelizmente a educação de qualidade não existe para todos, muitas das vezes os investimentos que são destinados para fins educativos, são desviados. Isso compromete a qualidade da educação, a sociedade, a escola e posteriormente a comunidade escolar. Educar é um que demanda uma série de especificidades, isso inclui um bom currículo, um bom planejamento, disciplina. Vale lembrar, que educar também é um ato humano, por isso a importância de levar o professor refletir sobre sua ação neste espaço. Franco (2013) fala da importância do PPP para uma educação de qualidade.

[...] há necessidade de através do projeto político-pedagógico, possibilitar ao professor meios para que o mesmo possa refletir sobre sua própria prática educativa, problematizando o cotidiano, questionando, transformando o ambiente e sendo transformado (FRANCO, 2013, p. 65).

Isso é muito importante à fala da autora, transforma e ser transformado pelo espaço escolar. O professor precisa dessa conscientização, isso parte de todo o conjunto no espaço escola, a participação da gestão como todo isso cabe à colaboração do coordenador pedagógico. Celso Vasconcellos (2009) fala da importância de que as mudanças em sala de aula só serão possíveis graças a uma conjuntura de fatores, vejamos:

É praticamente impossível mudar a prática de sala de aula sem vinculá-la a uma proposta conjunta da escola, a uma leitura da realidade, à filosofia educacional, às concepções de pessoa, sociedade, currículo, planejamento, disciplina, a um leque de ações e intervenções e interações (VASCONCELLOS, 2009, p. 17).

Diante disso, fica evidente que o espaço escolar tem leque de desafios a serem solucionados. Vale ressaltar, que a sala de aula é espaço de leitura da realidade do professor, que por vezes tem lidar com realidades diferentes, mas como disse Franco (2013) à escola é um lugar de transformação. Para ser esse lugar de transformação, se precisa da colaboração de todos que fazem parte da comunidade escolar. Vale destacar também.

É a partir dessa sincronia que o coordenador pedagógico pode promover transformação no espaço escolar, propondo o planejamento, acompanhando sua execução, observando os acontecimentos de uma sala de aula, com a intenção de discutir e buscar maneiras de auxiliar o professor a refletir sobre sua própria prática, mas tendo o cuidado na condução dessa reflexão para não se tornar invasivo, desrespeitoso com o outro (FRANCO, 2013, p. 66).

O estudo mostra que por meio da coletividade os objetivos são alcançados, é necessário como bem disse a autora uma união para que haja transformação no espaço escolar. Mas vale destacar de tudo deve esta em sintonia entre coordenação pedagógica e

professor. Os conflitos devem ser evitados, pois sem diálogos não se chega a lugar algum. Conflitos existem, mas quando se fala em educação eles são desnecessários, pois a busca é sempre pela melhoria de uma educação que tenha equidade e qualidade para todos.

Outro problema que o coordenador pedagógico enfrenta é a falta de identidade própria, trazendo um conceito negativo ao seu trabalho. Isso compromete o profissional coordenador, no seguinte sentido, o professor pode ter uma visão distorcida, achando que o mesmo é pago para fazer tudo, e é sabido que isso não é verdade. Vasconcellos (2009) fala que uma confusão no espaço escolar, achando que o coordenador está apto a tudo, veja o pensamento do autor.

Começamos pela definição negativa, qual seja, por aquilo que a supervisão não é (ou não deveria ser): não fiscal de professor, não é dedo-duro (que entrega os professores para a direção ou mantenedora), não é pombo correio (que leva recado da direção para os professores e dos professores para a direção), não é coringa/tarefeiro/quebra galho/salva-vidas (ajudante de direção, auxiliar de secretaria, enfermeiro, assistente social, etc.), não tapa buraco (que fica “toureando” os alunos em sala de aula no caso de falta de professor), não é burocrata (que fica às voltas com relatórios e mais relatórios, gráficos, estáticas em sentido, mandando um monte de papéis para os professores preencherem – escola de papel) (VASCONCELLOS, 2009, p. 87).

Essas definições são importantes, pois elas são comuns na função de coordenador pedagógico. Cabe aqui desmistificá-las, elas não devem ser naturalizadas, o espaço escola deve ser um ambiente ético, de profissionalismo de coleguismo para o bem esta de todos. Sabemos que para manter o ambiente de harmonia não é algo tão simples assim, mas se deve fazer um esforço para que o mesmo aconteça.

Sem levantar essas problemáticas no espaço escolar, fica inviável uma colaboração de todos neste processo de integração de uma educação de qualidade. Como aponta Franco (2013) o coordenador pedagógico tem o poder de propor uma formação continuada que leve os professores a refletirem sobre suas práticas. Práticas estas necessárias à humanização da sala de aula, alunos e até os próprios professores. Hoffmann (2014) propõem em seu livro que a mediação é algo de fundamental importância na construção do conhecimento do aluno, o professor detém essa força.

A construção do conhecimento é de natureza única e singular, mas ocorre interativamente e pela mediação do outro, pela socialização. É o professor quem organiza o ambiente de aprendizagem cooperativo e de socialização do conhecimento. Mediar a experiência educativa é propiciar ambientes de jogos, leitura de textos, escrita coletiva, nos quais o aluno aprenda com colegas [...] O papel do professor é o

de assegurar um ambiente socializador e o mediar os conflitos cognitivos que surgem (HOFFMANN, 2014, p. 56).

São reflexões como estas que fazem parte da atuação do coordenador pedagógico, mostra a verdadeira função do professor no seu cotidiano escolar. A mediação é uma filosofia proposta por Hoffmann (2014), mas que faz todo sentido para educação e formação continuado do professor. Este pensamento da autora é fundamental na atuação do coordenador pedagógico, pode ajuda-lo no ponto positivo de formação. Vasconcellos (2009) deixa bem claro a importância desta transmissão de conhecimento.

Poderíamos dizer que a coordenação pedagógica é a articuladora do Projeto Político-Pedagógico da instituição no campo pedagógico, organizando a reflexão, a participação e os meios para a concretização do mesmo, de tal forma que a escola possa cumprir sua tarefa de propiciar que todos alunos aprendam e se desenvolvam como seres humanos plenos, partindo do pressuposto de que todos têm direito e são capazes de aprender (VASCONCELLOS, 2009, p. 87).

Esse pensamento é fundamental para identidade do coordenador pedagógico, pois ele nos ajuda a compreender melhor sua ação no espaço escolar. Vale ressaltar, que sua função é de articular um ambiente escolar mais propício a uma educação de qualidade. Devemos entender que o espaço escola é interdisciplinar, por isso existe uma demanda do coordenador, mas que seja algo leve, sem pressão. A aprendizagem do aluno é outro ponto importante na vida deste profissional, sabemos que o professor tem sua relevância, mas sem a compreensão filosófica, sociológica do coordenador as ações não fazem diferença.

Diante do que foi exposto, vimos que o coordenador tem um grande papel no espaço escolar, sua presença gera grande mudanças, não só no campo pedagógico, mas na interação da escola e a sociedade. Ele deve não deve ser visto apenas como apagado de incêndios na escola, ou dos problemas que a cercam, mas como um profissional que está apto a formação continuada do professor e a construção do PPP. Franco (2013) aponta a seguinte questão.

[...] entende-se que, dentre as funções do coordenador pedagógico, uma delas seja as socialização das experiências, de maneira sistemática, de onde emergem as discussões que contribuirão para a construção de uma prática educativa que sane/minimize os anseios e as dificuldades encontradas no cotidiano escolar (FRANCO, 2013, p. 71).

Mas uma vez vemos a fundamentação sobre o compromisso do coordenador com a educação. Educação esta que se encontra no processo de defasagem, isso é apontado por alguns autores como Esteban (2014) sobre como o cotidiano escolar pode ser gatilho na vida de muitos estudantes. Por isso a autora ressalta quer:

A exclusão escolar é um longo processo que não nasce na escola, embora se consolide durante alguns anos de escolarização obrigatória, por meio de múltiplos, e nem sempre visíveis, movimentos de negação da alteridade como parte das tantas negações que os processos de subalternização historicamente impõem, em especial, aos sujeitos de classes escolares (ESTEBAN, 2014, p.476).

A autora reforça a ideia de que a exclusão escolar é um processo que antecede a escola. Ela se dar via a exclusão da sociedade, quando o poder público já não consegue dar conta desse sujeito, ele transfere para a escola essa responsabilidade. A escola não dar conta de tanta demanda, de um currículo que muitas vezes não contempla o estudante, causando assim a saída do mesmo do espaço escolar.

Isso torna a função do coordenador mais desafiadora, lógico que não queremos chama-lo de salvador da pátria, mas vale lembra que essa situação da exclusão escolar é um problema de muitas escolas brasileiras. E esta a frente de uma gestão que de margem para o aluno não toma o rumo contrario do que se espera, vale um esforço grande daqueles que compõem a escola. Esteban (2014) ainda critica a importância de um currículo que leve em conta a multicultural da sociedade.

Considerando as questões do cotidiano escolar, em especial da sala de aula, local onde a dinâmica pedagógica ganha intensidade pelas interações entre professores/as e estudantes, desvinculo a qualidade da educação da elevação de índices de desempenho de estudantes, de escolas, de municípios e do país [...] Penso ser insatisfatório um currículo baseado na transmissão/assimilação de fragmentos de conteúdos, descontextualizados, sem referências nas experiências dos estudantes, de suas famílias, de seus grupos de pertencimentos e em sua inserção sociocultural (ESTEBAN, 2014, p. 478).

Esse fragmento da autora, nos mostra o qual é importante o currículo escolar na vida do estudante. Mais importante ainda é o coordenador se apropriar desta para fazer intervenções no seu campo de atuação, e que como estas influenciarão os educandos. É preciso ter uma postura de mediador, o propósito de melhoria será sempre a do professor/aluno. Um coordenador mediador faz a diferença no campo pedagógico, o autor Celso Vasconcellos (2009), nos mostra como a mediação age.

Quando analisamos a função social da escola (a educação através do ensino), nos damos conta que a atuação do coordenador pedagógico se dá no campo da mediação [...] a formação humana, seja dos alunos, dos professores, da coordenação, dos pais, etc. A relação supervisão-professor, em termos de processo de interação, é muito similar à professor-aluno. Assim como aluno e não o professor, naquele momento da aula, é o faço das atenções em termos de construções do conhecimento, quem vai ter a prática pedagógica em sala é o

professor, e não o supervisor. Seu papel é, pois, de mediador (VASCONCELLOS, 2009, p. 86).

Diante disso, é possível constatar que o coordenador tem outro papel, o de mediador. São muitas as atribuições dadas ao coordenador ao longo do texto, mas a mais importante é aquele que ocupe sua função o lugar de que é de direito, a formação continuada. Vale ressaltar que os próprios coordenadores, como se viu ao longo desta pesquisa que o papel de supervisor é confundido com outras funções que não é a sua, por isso a importância de uma postura firme diante dos professores. Cabe ainda ressaltar, que esse posicionamento não para intimidar a comunidade escolar, mas para estabelecer boas convivências com seus pares. Destaca-se ainda, que o grande comunicador entre prática pedagógica de qualidade, onde leve o aluno a desenvolver sua aprendizagem, está nas mãos dos professores, mas permeado pelo conhecimento científico/filosófico do coordenador pedagógico. São reflexões como estas que nos leva a refletir sobre o lugar de cada profissional, o papel de protagonista de cada sujeito no campo escolar, lugar de luta, de promoção da educação, focada cada vez mais na relação ensino e aprendizagem, tendo como norte a avaliação para que novas rotas de aprendizagem sejam criadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar como se dar o processo de avaliação da aprendizagem escolar, pautada na figura de coordenador pedagógico que contribua para a formação continuada do professor. O estudo mostrou que a avaliação da aprendizagem escolar ainda é assunto a ser debatido no espaço escolar, pois o mesmo ainda é pouco compreendido.

A pesquisa mostrou que o processo de colonização brasileira foi crucial para a introdução da educação no país. Este processo foi crucial na formação de uma educação que não ver o aluno como protagonista, mas como um corpo que precisa ser disciplinado. Estes primeiros corpos a serem dominados por uma educação extremamente autoritária foram os povos indígenas. Os povos indígenas, como se fundamentou a pesquisa, receberam dos padres jesuítas uma formação humana que não condiz com as realidades dos mesmos. Esse modelo que não contempla o ser humano em sua totalidade, ainda é posto nos dias atuais, onde se espera uma concepção mais humanista por parte daqueles que nos formam ser ver a ignorância e medo.

A pesquisa também pode concluir quer a avaliação da aprendizagem escolar ainda é tema recorrente, mas pouco discutido na formação de professores. É um tema relevante, porém pouco acessíveis aquelas que dominam o espaço escolar, neste caso os professores. O trabalho demonstrou que os professores levam em conta apenas a nota como medição da aprendizagem do aluno. Todo este conceito foi introduzido no processo de colonização, quando os primeiros jesuítas pisaram no Brasil.

Como se ver ainda é preciso um processo de conscientização aos professores que estão em sala de aula. A avaliação da aprendizagem não é um processo que tem um fim em si mesmo, mas é algo muito importante na vida do educando, aprender tem múltiplas facetas por isso não tem ponto.

A pesquisa também mostrou que a ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) uma avaliação com proposta externa, tem como objetivo identificar o processo de aprendizagem de crianças no ensino fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

As avaliações externas têm por finalidade levantar dados acerca da avaliação da aprendizagem escolar dos alunos. A crítica que o trabalho faz sobre esse tipo de avaliação é a forma como ela é proposta, apenas para saber como estas o desempenho do aluno em tal

disciplina e não leva em conta o que o aluno aprendeu ao longo do ano. Uma avaliação como esta não é suficiente para compreender a aprendizagem do aluno, isso fica evidente nas críticas que autores fazem as avaliações externas.

Outro tema debatido ao longo do trabalho foi à formação continuada do professor em serviço e como a contribuição da mesma é fundamental para que o professor aprenda a avaliar com segurança. A formação continuada é excelente processo de desconstrução de mitos criados por professores de que avaliação é um algo simples, de que com uma nota define a aprendizagem dos educandos.

É preciso desconstruir essa mentalidade que humanidade criou e a educação absorveu. Somos seres múltiplos, de linguagens diferenciadas, logo o aluno deve ser avaliado segundo sua diferença no mundo, isso inclui planejamento, currículo e avaliação qualitativa.

Diante destes pressupostos, destacamos a importância do coordenador pedagógico na formação do professor. Sem a contribuição deste ator social na formação social a vida escolar não faria sentido. Ele é quem a articula e promove o bem estar do professor, ou seja, sua contribuição na formação serviço promove esta sensação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. R. et al. Legislado versus executado: análise das atribuições formativas do coordenador pedagógico. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n.14.
- AZANHA. J. M. P. Melhoria do ensino e autonomia da escola. In: AZANHA. J. M. P. **Educação: Temas polêmicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 19-30.
- BALL, S. J. What is policy? Texts, trajectories and toolboxes. In: BALL, S. J. **Education reform: a critical and pos-structural approach**. Philadelphia: Open University Press, 1994. p. 14-26.
- BALL, S. J. Reformas escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 15, n. 2, p. 03-23, 2002.
- BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.
- BARBOSA, L. C. de M.; VIEIRA, L. F. Avaliações externas estaduais: possíveis implicações para o trabalho docente. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 02, n. 11, ago. 2013. Disponível em: . Acesso em: 11 set.
- .BARROSO, J. A utilização do conhecimento em política: o caso da gestão escolar em Portugal. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 109, p. 987-1007, set./dez. 2009. Disponível em: . Acesso em: 22 mar. 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: . Acesso em: 10 mar. 2014. BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº 01, de 15 de maio de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia Licenciatura. Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno. Brasília, 2006. Disponível em: . Acesso em: 21 de ago. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP Nº 2/2015, de 9 de junho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno, Brasília, 2015.
- BRASIL. Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 20 maio 2015.
- BELLO, I. M.; PENNA, M. G. de O. O papel do coordenador pedagógico nas escolas públicas... **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 1, p. 69-86, jun. 2017 83 64, p. 70-94, jan./abr. 2016. Disponível em: . Acesso em: 23 maio 2016.
- CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo. 23. Ed. revista e ampliada. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

COELHO, F. M. **O Cotidiano da Gestão Escolar**: o método de caso na sistematização de problemas. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1261-1276, out./dez. 2015

FERNANDES, Domingos. **Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FERNANDES, M. J. da S. A coordenação pedagógica nas escolas estaduais paulistas: resoluções recentes e atuação cotidiana na gestão e organização escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 27, n. 3, p. 361-588, set./dez. 2011

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 40ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GENTILI, P. As políticas educacionais no contexto do neoliberalismo: os significados da privatização no campo educacional. In: OLIVEIRA, M. N. de (org.). **As políticas educacionais no contexto da globalização**. Ilhéus, BA: Editus, 1999. p. 105-130.

KRAWCZYK, N. A gestão escolar: Um campo minado... Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. *Educação e Sociedade*, Campinas, ano XX, n. 67, p. 112-149, ago. 1999

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MIZIARA, L. A. S. et al. O que revelam as pesquisas sobre a atuação do coordenador pedagógico. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 95, n. 241, p. 609- 635, set./dez. 2014.

OLIVEIRA, D. A. Las reformas educativas y sus repercusiones em el trabajo docente. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Políticas educativas y trabajo docente em América Latina**. Lima/Peru: Fondo Editoria UCH, 2008, p. 17 52.

OLIVEIRA, D. A. Educação e planejamento: a escola como núcleo da gestão. In: DALILA, O. A. (Org.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. 11 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015. p. 64-104.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

PLACCO, V. M. N. de S. et al. O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 147, p. 754-771, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n147/06.pdf>. Acesso em: 23 maio 2016.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação**: novos tempos, novas práticas. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROCHA, S. da S. Atuação dos coordenadores pedagógicos da rede municipal de ensino de São Paulo: implicações políticas e sofrimento no trabalho. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2014.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Edital de abertura de inscrições e instruções especiais. Concurso de acesso para o provimento efetivo de cargos vagos de coordenador pedagógico. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, SP, 15 abr. 2011a.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Edital de abertura de inscrições e instruções especiais. Concurso de Acesso para provimento, em caráter efetivo, de cargos vagos da Classe dos Gestores Educacionais – Coordenador Pedagógico. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, SP, 22 mar. 2011b.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Edital de abertura de inscrições e instruções especiais. Concurso de acesso para provimento efetivo de cargos da classe II - professor titular de educação infantil, professor titular de ensino fundamental I, professor titular de ensino fundamental II, professor titular de ensino médio e da classe III coordenador pedagógico da carreira do magistério municipal. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, São Paulo, SP, 3 jul. 2007c.

SOUZA, A. R. **Reformas educacionais**: descentralização, gestão e autonomia escolar. *Educar*, Curitiba, n. 22, p. 17-49, 2003.

SOUZA, A. R. A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 159-241, jan./abr. 2012.